

ACTA N.º 15

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 29-02-24

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----  
António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----  
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, Susana Paula Matos Vieira Cruz, Dominique Gaspar Ventura, e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. --

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----  
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----  
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----  
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----  
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----  
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e em substituição deste**, o senhor: -----

----- Manuel António Simões Martins. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: --  
----- Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luís José da Silva Forinho. -----

----- O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram dezasseis horas e trinta e quatro minutos, começando por dar a palavra à Primeira Secretária, deputada Maria Fernanda Alves, para efetuar a chamada dos elementos que se encontram notificados por substituição dos deputados que solicitaram renúncia ou ausência por período inferior a trinta dias -----

----- **António Manuel Henriques Miguel**, que substituiu o deputado Mário André Balsa Gonçalves, que solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias. -----

----- **Leonardo de Pinho Rodrigues**, deputado da bancada do Partido Social Democrata, comunicou o seu **pedido de renúncia**, pelo que o senhor Presidente da Assembleia procedeu à chamada do elemento imediatamente a seguir, o senhor **Telmo Alexandre Guerra Menino**, notificado atempadamente para o efeito, mas que não esteve presente. -----

----- **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, solicitou ausência por período inferior a trinta dias. Foram efetuadas várias notificações dos elementos imediatamente a seguir da respetiva lista eleitoral, chegando-se à notificação de Vítor Manuel Gonzales Segura, que não

---

informou da sua não disponibilidade, nem solicitou substituição. Vítor Manuel Gonzales Segura, não compareceu à Sessão. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Senhor Ezequiel Soares Estrada, solicitou substituição por ausência inferior a trinta dias, designando para sua substituição o Senhor **Manuel António Simões Martins**. Atendendo a que é a primeira vez que este se encontra em substituição de um membro da Assembleia Municipal, o mesmo fez juramento de tomada de posse e assinou o documento de consentimento informado. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou de seguida, que a senhora Vereadora Anabela Carvalho, comunicou a sua ausência por motivos profissionais. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Primeiro, nós chegámos mais tarde, pelo menos eu, porque fiquei com a convicção de que a reunião devia começar às cinco e por isso me atrasei. -----

----- Em segundo, ia pedir-lhe um especial favor. Não é uma crítica ao trabalho de ninguém, pois as pessoas de certeza fazem o trabalho da melhor maneira que é possível e como sabem. Mas eu pedia uma especial atenção à menina que toma conta destas nossas coisas aqui na Assembleia. -----

----- Eu hoje de manhã telefonei, porque me apercebi que não tinha pessoas a dizer que vinham à Assembleia. Portanto, eu acho que deve haver aqui um trabalho, que é, manda-se o mail, mas deve haver também um telefonema para saber quem é que substitui. Porque há aqui pessoas que não tiveram noção nenhuma de que tinham de cá estar para hoje substituírem os colegas da Assembleia. A Maria João Grácio, hoje de manhã ainda não tinha respondido. Isto tem de haver aqui alguma celeridade. Mal cai um pedido de substituição, tem de haver uma especial diligência para se tentar saber quem é que pode substituir, senão, assim é difícil de estarmos todos. -----

----- Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia**: Senhora deputada, eu registo que, no caso da vossa bancada, têm sido frequentes as substituições e feitas à última da hora. A Senhora deputada fez parte da Comissão Permanente, lidera uma bancada, tem esse papel dos telefonemas. Nós aqui, comunicam-nos e eu depois respondo. É assim que nós temos instituído o trabalho. -----

----- Eu hoje estive ausente, como vos expliquei no e-mail que mandei. Quando vinha para cá, vi no meu telemóvel a informação de que havia alguém a pedir substituição. Eu não tive tempo de fazer mais nada. E o processo é esse, funcionamos por e-mail. Portanto, tem de ter isso em conta, dentro da sua bancada deve haver esse cuidado. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Eu não estava a assacar-lhe a responsabilidade a si. Estava a pedir uma especial diligência à colaboradora da Assembleia, que toma conta destas coisas. Se for para ser eu a tomar conta disto, eu também tomo. Não tem problema nenhum. Mas temos é de saber bem qual é a nossa função. Se a partir de agora, cada vez que há uma pessoa que pede substituição, quem tem obrigação de o contactar insistentemente e dizer quem é que substitui quem, se for eu, não tem problema. Eu faço esse trabalho. Mas tem é de ser assegurado por alguém. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Não é isso que eu estou a dizer. O sistema é este. Primeiro, quem vai estar ausente, comunica a ausência e pede a substituição. E faz isso por e-mail, e é por e-mail que se comunica à pessoa seguinte. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a ata número catorze, relativa à sessão de quinze de dezembro de dois mil e vinte e três, à discussão e posterior votação. -----

**ACTA NÚMERO CATORZE**: -----

----- Uma vez que ninguém se quis manifestar em relação à ata número catorze, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

**VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CATORZE**: -----

----- A Ata número catorze foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). ---

---

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Apelo ao rigoroso controlo do nosso tempo. Que todas as declarações que entendam que devam ficar a constar em ata, sejam enviadas por e-mail para os serviços da Assembleia, com a maior brevidade possível. -----

----- Informar também que as intervenções do público devem ser solicitadas previamente através de uma inscrição. -----

----- Recordar também que de acordo com o Regimento desta Assembleia Municipal, todas as deliberações são aprovadas em minuta, de acordo com o n.º 12 do artigo 34.º. -----

----- Em termos de informações, que comuniquei à Comissão Permanente aquando da nossa reunião, dizer que correu com bastante sucesso o processo de Constituição de uma Assembleia Municipal Jovem do Entroncamento; tivemos um grande envolvimento dos alunos das três escolas envolvidas – Gustave Eiffel, Ruy d’Andrade e Escola Secundária do Entroncamento. Como sabem, isto destinava-se apenas a alunos do terceiro ciclo e secundário. -----

----- Tivemos na Escola Secundária três listas; Na Escola Gustave Eiffel três lista; Na Dr. Ruy d’Andrade quatro listas. Portanto, com ideias e projetos interessantes e temos eleitos os membros que, de acordo com o Método de Hondt, beneficiaram dos votos majoritários. -----

----- A sessão da Assembleia Municipal Jovem será no dia onze de abril às dezassete horas e era bom que pudéssemos acompanhar também esses trabalhos. -----

----- Peço a todos os deputados que sejam concisos e objetivos nas intervenções que fizerem. -

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Não recebemos nenhuma moção ou recomendação. Nenhum documento deu entrada, dado que teria de ser entregue até vinte e quatro horas antes. Portanto, não houve nenhum documento que tenha dado entrada para discussão neste ponto. -----

----- Assim, se alguém quiser intervir neste ponto da ordem do dia, peço que se inscreva. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Carlos Monteiro**: Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores, Senhores deputados, público presente e quem nos segue online. -----

----- Vou ler o testemunho de uma cidadã que, no passado dia vinte e dois, foi alertada de permanência de uma cadela já há vários dias, à porta de uma pastelaria no Entroncamento, na freguesia de S. João Baptista. -----

«... na tentativa de alguma resposta, contactei várias associações, PSP, Canil Intermunicipal, de nada valeu. Recolhi o animal e fui ajudada com uma boa vontade da APA de Torres Novas, a qual me propôs ser *FAT*. Aceitei e, afinal, não consegui ficar indiferente à situação, sabendo que tantos casos de abandono, o que também acho de responsabilidade das pessoas detentoras de animais. Pergunto, qual a solução que a autarquia dá a estes casos? Sabendo que existe uma associação local a quem até foi pedido um espaço, mas pasme-se, não tem até agora uma licença para vedar o dito espaço. Seria do interesse de todos, ou a licença para vedar, de murar o espaço pois desta forma poder-se-ia proceder à recolha de alguns casos urgentes.» -----

----- Agora pergunto eu: para quando o entendimento em relação ao canil? Para quando a reparação do elevador junto ao túnel da passagem de nível? As pessoas de idade e com dificuldades de locomoção, continuam-se a queixar. -----

----- Mesmo depois de vereadores e deputados terem mencionado o assunto da videovigilância, continuamos sem saber o ponto de situação. Quando teremos videovigilância? -----

----- Sendo um pouco chato, e depois de outros vereadores e deputados falarem no assunto, voltando às bicicletas elétricas. Para quando a responsabilização dos infratores da destruição das mesmas? -----

----- Senhor Presidente, porque não voltamos a ter guarda noturnos para que esta cidade possa ter mais segurança. Não podemos continuar assim. -----

---

----- Foi dada a palavra ao Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Antes de mais, quero cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar também os colegas deputados desta Assembleia, os funcionários que garantem a transmissão online e, naturalmente, as pessoas que nos seguem lá em casa. -----

----- O Senhor Presidente já deu algumas notas, mas julgo que nunca será demais reforçar a Assembleia Municipal Jovem, efetivamente seguiu o seu caminho e há uma coisa que podemos constatar, quando nós questionamos os jovens sobre aquilo que eles querem falar, eles mobilizam-se e, efetivamente, foi uma grande participação. A Escola Secundária, ao que sei, votaram quatrocentos e sete alunos, distribuídos de forma quase equitativa pelas três listas e, isso é um muito bom sinal do nível de interesse e participação, até pelas propostas colocadas. O que demonstra que os jovens da nossa cidade têm interesse nela. -----

----- E falando também de jovens, porque acho que é uma referência de vida e sobretudo porque significa aquilo que o Entroncamento é e continuará a ser, falo de Bruna Simões, que teve um momento de grande mediatização num programa de culinária “master chef”, mas nem tanto tem a ver com as venturas culinárias dela, mas, sobretudo, com o facto de ela ter atingido o segundo lugar por fazer algo diferente e diferenciador. Algo que eu julgo que nos pode também inspirar e continuar a inspirar para sermos sempre mais Entroncamento. Entroncamento cada vez mais reinvente alicerçado nas raízes do passado, mas, com toda a certeza, a olhar para o futuro. E para esse trabalho, também contribuem as nossas Associações e as nossas Empresas que todos os dias vão dando boas novas e mais uma vez também alguns investimentos que se perspetivam aqui no Entroncamento, nomeadamente o da *MEDWAY* que vai tendo, cada vez mais, boas novas em relação à sua execução. -----

----- E falando de jovens, não podia deixar de dar uma pequena nota em relação a algo que me parece muito importante para os jovens da nossa cidade e, reiteradamente, há uma força política na nossa cidade que tem alegado expedientes, normalmente tragédias em vários atos, com o único objetivo de fazer catapultar uma posição que se tornou há muito insustentável, mas em particular um que diz muito aos jovens e que tem a ver com a habitação. -----

----- Ora, essa força política, colocou em cima da Mesa uma comparação com um concelho como São João da Madeira. Tem muitas parecenças connosco, mas eu gosto de alguma discricionariedade dos critérios que escolhem para comparar. População, bem, mas vamos comparar uma estratégia de habitação com um concelho que tem uma empresa municipal dedicada à questão da habitação social e que tem cerca de dez vezes mais fogos de habitação social que o Entroncamento com uma população semelhante? Vamos falar da possibilidade de os beneficiários diretos acederem, trinta e seis referenciados no Entroncamento, muitos mais neste concelho, mas que sobretudo são proprietários de casas que estão em edifícios, que são geridos por essa mesma entidade, essa empresa municipal. Os habitantes de São João, naturalmente, querem que todo edifício, todo o edificado, a comparticipação até é residual e corresponde, em grande parte, àquilo que são as partes comuns. -----

----- Portanto, mais um exercício de demagogia para tentar levar a “água ao moinho” que, não percebo bem o que irá moer ou que farinha de lá sairá. Mas, como a mentira não passará, naturalmente tem de ser destrinchada. -----

----- E sobre um conjunto de habitações que neste momento vinte e quatro delas, na Rua Ferreira de Mesquita, já estão disponíveis na plataforma do IHRU (Instituto de habitação e reabilitação urbana) para concurso, mais uma vez, deixemos de tentar meter no mesmo saco coisas que são diferentes. É que esse mesmo concelho, que foi referido como comparação, é focado na classe média. Ou seja, é o arrendamento acessível. O arrendamento acessível visa não só os jovens que estão cá, mas os jovens que, entretanto, fizeram a sua formação em Lisboa, que, entretanto, estabeleceram a sua vida em Lisboa e que, neste momento, veem a sua oportunidade ou até uma valia para voltar à nossa cidade e são confrontados com preços muito próximos daqueles que temos em Lisboa. Não esquecer que no horizonte existe a aprovação da Estratégia Local de Habitação, no Entroncamento tivemos um aumento do preço

---

médio das rendas no Entroncamento de trinta e quatro por cento. Passamos de ser o terceiro concelho mais caro do Médio Tejo, o oitavo mais caro do distrito de Santarém, para passarmos a ser o primeiro do Médio Tejo e, imediatamente a seguir a Benavente, coladinhos a Benavente, sermos o segundo do distrito de Santarém. E naturalmente, sendo o Entroncamento uma cidade onde sempre se comprou, a verdade é que o arrendamento é a primeira saída para os jovens que se querem emancipar e, quem não está preocupado com isso, não está preocupado com os jovens. -----

----- Haja cotas, não haja cotas, a grande verdade é esta: é preciso intervir no mercado de arrendamento porque quem disser que não existe especulação, com aumentos em dezoito meses de trinta e quatro por cento, das duas uma, ou está a tapar o sol com a peneira, ou não lhe interessa o argumento, como muitas vezes tem acontecido. -----

----- Outra questão, foi a questão da ferrovia. Há pouco falava de passado e de onde nós devemos alicerçar aquilo que será o futuro do Entroncamento e, a ferrovia é, sem dúvida, um dos pontos fulcrais também desse desenvolvimento. Há dois eixos essenciais identitários para nós e eu reconheço, e esta bancada também, que é a ferrovia e a nossa dimensão dos fenómenos (até temos alguém nesta que tem essa marca registada) que permite que alavancuemos culturalmente também o nosso concelho. -----

----- Mas vamos falar economicamente. É uma profunda mentira dizer que há desvalorização. Qualquer cêntimo gasto na ferrovia é valorização do Entroncamento. É totalmente falso que os rotáveis estejam a ser reparados. Abrir a oficina de Guifões, foi a melhor coisa que aconteceu ao Entroncamento. Potenciou imenso aquilo que é o laboratório de meteorologia, que é o único da CP em todo o país, o Convel (controlo automático de velocidade), que é aquilo que permite evitar acidentes, de uma forma muito simplista, é afinado, reparado e calibrado no Entroncamento. É aqui que está o conhecimento. E o estranho, desde dois mil e dezanove, três milhões e meio de investimento nas oficinas do Entroncamento, o acabar com o contrato, danoso, para a reparação de rotáveis externamente, que permitiu encaixar uma poupança de cinquenta e seis por cento em relação àquilo que estava a ser pago, permite capacitar mais pessoas dentro do setor, procurar aqui que os nossos jovens também se formem dentro de uma área que, além de identitária é de futuro no Entroncamento e, naturalmente, essas áreas continuarão a ter procura. -----

----- Existem imensas atividades desenvolvidas desde dois mil e dezanove na CP. Só quem não conhece a dinâmica da CP, só quem não conhece a dinâmica das oficinas da CP, só quem não conhece as pessoas que lá trabalham, é que pode dizer que o Entroncamento foi votado ao esquecimento ou preterido em algum momento. Oitenta por cento dos rotáveis das manutenções de nível dois de Guifões, são reparados no Entroncamento, porque é aqui que está o conhecimento para o fazer. Além disso, espanta-me quem quis depauperar o setor no Entroncamento, venha agora invocá-lo! Porque quis efetivamente depauperar várias unidades dois mil e seiscentos, aquelas locomotivas cor de laranja já mais quadradas (simplifiquemos assim para quem não está tão habituado à designação delas), várias paradas junto à CP sem ordem de reparação e exatamente para depauperar o serviço público, única e exclusivamente com o intuito de privatizar, quando a CP tinha cartas dadas e continua a ter cartas dadas nesta matéria no Entroncamento. Única e exclusivamente para entregar a privados, que iriam procurar e visar única e exclusivamente o lucro, não potenciando os territórios onde se inserem e provavelmente levar essas atividades para outros sítios onde elas fossem realizadas, não com tanto conhecimento, mas provavelmente mais baratos. -----

----- Portanto, a dimensão moral aqui também é muito relevante e, tendo em conta isto, termino dizendo: haja decoro. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Só para informar que há pouco não referi, mas a senhora deputada Carla Sarroeiro, comunicou-me que iria chegar um pouco atrasada a esta sessão. Agradeço a sua informação. -----

---

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Bruno Melo**: Boa tarde a todos. De forma muito clara e concreta, relacionado com este ano que que finda, dois mil e vinte e três, fazer um ponto de situação com as transferências de competências, designadamente nas áreas de educação, de ação social e saúde. Perceber qual é a relação entre verbas transferidas e verbas gastas, perceber se a relação é positiva, se é negativa. Qual é o ponto onde estamos e para onde é que caminhamos. -----

----- Ainda relativamente à nossa cidade, Entroncamento, e ao trânsito, há ruas críticas. Rua Dr. Luís Gomes, Rua Dom João de Castro, Rua Condessa de Murça, Rua da Igreja. Perceber se há alguma ideia para mudarmos a filosofia do trânsito dentro da nossa cidade, porque fica incomportável. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Muito boa tarde a todos. Aproveitando a deixa que o nosso colega deputado Bruno Melo nos deixou, acerca do trânsito, eu vou começar mesmo pelo trânsito. -----

----- As medidas de acalmia que foram projetadas, prometidas pelo nosso Executivo, foram trocadas por uns pilares. Muito bem, com material reciclado, piscam, muito bem, mas aquilo não acalma trânsito nenhum. Aquilo assusta a primeira vez, na segunda vez, se eu quiser lá passar a cem, ele não me vai fazer nada. As acalmias de trânsito têm de ser medidas que acalmem realmente o trânsito. E que não acalmem o trânsito à primeira. -----

----- Eu já soube que se abandonou as *drop*, as lombas chamadas *drop*, porque estragavam os carros e os nossos vizinhos do lado tiraram-nas. Pois, os nossos vizinhos do lado fizeram uma péssima escolha nas *drop* que escolheram, porque uma das zonas mais turísticas de Portugal, no Algarve, principalmente no concelho de Almancil, Loulé, proliferam *drops*. Aquelas lombas quadradas e ninguém estraga os carros! Pois não, porque as medidas que estão tomadas, são medidas pensadas e hoje, naquelas zonas que eram completamente perigosas, porque era alternativa à Estrada Nacional 125, reduziram em setenta e cinco por cento a sinistralidade. Mas nós não, nós somos muito mais inteligentes e comprámos uns pilares reciclados, muito bem, com uns pirilampos azuis, para as pessoas pensarem, à primeira, que está ali parado, se calhar, um agente de autoridade. Mas não reduzimos e continuamos a pôr em causa a segurança dos transeuntes da cidade do Entroncamento. Porque não tomamos, aquilo que foi tão proclamado, que eram medidas de acalmia de tráfego. -----

----- Preocupa-me. Mas vamos pintar passadeiras. Sim, mas preocupa-me. Porque as medidas que foram votadas, inclusivamente em reunião de Câmara, não foram estas medidas. -----

----- É assim, quando acontece um problema, vamos dizer que vamos tomar medidas e depois, passados dois anos, as medidas que tomamos são uns pilaretes com os piscas azuis? Estamos um bocadinho desfocados do que é acalmia de tráfego. As melhores práticas. Ok, temos uma boa prática em algumas ruas com o estacionamento alternado. Sim, em duas zonas do Entroncamento. Enquanto nos sítios onde realmente se continuam a praticar velocidades, ah, mas não há autos! Pois não, porque isso encaixa já no segundo ponto que eu vou dizer: Não há autos, porque também não há polícias na rua, porque infelizmente a nossa Esquadra, devido às várias baixas que estamos a ter, continua a ser a Esquadra do distrito de Santarém, com menos polícias por mil habitantes. -----

----- Tivemos aqui o senhor excelentíssimo Comissário, mas nós, enquanto Assembleia Municipal, temos que nos continuar a preocupar e a fazer pressão. Eu, desde já, mando um repto aqui aos meus colegas, que na próxima Comissão Permanente, possamos falar acerca deste assunto veementemente e voltar a fazer pressão. Temos um novo diretor nacional da PSP e, não sei, vamos ter de voltar a fazer pressão, porque cada vez temos menos polícia na rua. O relato das pessoas é que não veem polícias. -----

----- Hoje, antes de vir para aqui (e se calhar tive muita sorte), fui ao L'Eclerc e estavam dois carros parados e cindo agentes no L'Eclerc. Os cinco agentes que hoje estavam a trabalhar, estavam todos no L'Eclerc. Será uma coincidência? Nós precisamos, enquanto políticos da nossa cidade, enquanto representantes do povo, enquanto representantes daquelas pessoas que

---

diligentemente votaram em nós e que nos disseram “tomem lá o cuidado de cuidar da cidade”. Nós temos de voltar a fazer pressão. Não podemos ficar aqui como uma criança a quem dão um chupa e estas ficam ali entretidas um tempo. Nós não podemos. Porque a segurança da cidade, se não há medidas de acalmia, se não há polícias, nós não estamos muito bem. -----

----- Quando é que vamos avançar o com corpo de guardas noturnos? E volto a referir, que os guarda noturnos são muito interessantes, porém, com as diligências e falta de polícias no Entroncamento, se calhar deveríamos começar a equacionar em termos de polícias municipais. Porque o trânsito já é da responsabilidade municipal e, se calhar, até conseguíamos aqui ter algumas medidas muito mais interessantes se tivéssemos polícia municipal. -----

----- Falando de coisas boas, a Assembleia Municipal jovem mostrou uma coisa. Os jovens da nossa cidade sabem o que querem. Eu tive o prazer de estar em algumas sessões de esclarecimento dos jovens e os jovens sabem o que querem. Sabem o que querem, têm ideias, mas têm é um problema, dizem eles, que os políticos mais velhos não os sabem ouvir. Nós mostrámos-lhes o contrário, que nós queríamos ouvi-los. E que esta seja o lançamento do seguimento de bastantes assembleias municipais jovens que tragam os jovens realmente à nossa cidade. -----

----- Por fim, não posso deixar de falar e de estar em total desacordo com o nosso colega e deputado Ricardo Antunes. Guifões foi a maior traição às antigas oficinas da EMEF, às pessoas que cá moram e aos trabalhadores da mesma. Porque temos quadros que tiveram de ir para Guifões, tiveram de ir dar formação, porque o *Know how* estava no Entroncamento. Isto existe por um problema, o clientelismo. O clientelismo que nos leva a falar do PS nacional. Porque se vimos para aqui fazer política nacional, chamemo-lo pelos nomes. E temos clientelismo. Porque o antigo presidente da CP, por acaso é sócio da Nomatec que, por acaso, está no Porto e as suas oficinas, estão no Porto. Senhor Ricardo, quando nós vamos fazer política, temos de ter muito cuidado com o que vamos dizer e temos de os chamar pelos nomes. -----

----- Foi por isso que a requalificação das locomotivas não ficou no Entroncamento; foi por isso que a requalificação das carruagens não ficou no Entroncamento e foi por isso um investimento brutal, desnecessário, de requalificar um armazém, porque já não eram oficinas, era um armazém que estava vazio, para voltar a fazer uma oficina. Quando na nossa cidade tínhamos as condições, tínhamos os homens, tínhamos o *Know how* e nós, cantando alegremente, deixámos ir para Guifões! Porquê? Senhor Ricardo Antunes, deputado e pessoa que estimo, quando nós falamos de Guifões, falamos do maior roubo que se fez à EMEF do Entroncamento e neste momento à CP. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: São apenas três notas. Primeiro, dizer que subscrevo integralmente a sugestão feita pelo Pedro Gonçalves. Acho que acompanhar o processo de trabalho da PSP e ouvindo permanentemente aquilo que se vai passando, acho que até é uma forma de, não só nos entrosarmos mais com o que se vai fazendo no Entroncamento, como, por outro lado, criar até uma pressão positiva quanto ao trabalho a desenvolver. Portanto, acho que, em Comissão Permanente, deve ser avaliada a possibilidade de o Comissário ser de novo chamado a vir aqui falar connosco. -----

----- De seguida, duas breves notas, claramente dirigidas ao colega da bancada do PS, Ricardo Antunes. -----

----- Eu, em matéria de habitação, acho que já é escusada esta politiquice. As pessoas não são estúpidas, as pessoas sabem ler, os regulamentos estão lá e, portanto, vamos deixar-nos de coisas. As pessoas que vão ler os regulamentos e percebem se isto é para a classe média, se não é; o que é habitação a custos controlados e o que não é. Portanto, vamos deixar às pessoas o juízo soberano, para não sermos nós aqui a dar lições de coisas que as pessoas, se lerem com calma, também sabem interpretar. -----

---

----- Segundo ponto, em matéria de ferrovia. Eu ia falar de Guifões, mas o Pedro Gonçalves, brilhantemente, falou do que tinha a falar e, portanto, eu passo Guifões. Mas não resisto a falar outra vez aqui, de uma pequena politiquice. Eu acho muita graça quando o Partido Socialista vem falar de ferrovia. Sobretudo no Entroncamento, onde nós temos uma Estação da qual nos devíamos orgulhar e da qual temos muita pena, porque nunca ninguém fez nada. E vejo ministros do Partido Socialista a insistirem em erros, como seja milhões e milhões de dinheiro, para TGV's e traçados alternativos, quando não vejo fazerem nada por aquilo que pode ser o reduto histórico do nascimento, também, da ferrovia em Portugal. E o Entroncamento é um caso desses. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Telegraficamente, só para subscrever, como sempre tem sido apanágio desta bancada. Aliás, procurámos aqui, naquilo que também nos une, não tão raras vezes, embora com diferentes visões, em relação à matéria da segurança e sempre total disponibilidade, seja na Comissão Permanente, seja noutra momento de encontro que assim o entendam e, reiterar também aquilo que já disse da última vez, que, se assim for, todos nós, se fizermos uma outra reunião que não seja a Comissão Permanente, prescindamos daquilo que são as senhas de presença devidas, a bem daquilo que também é a seriedade do trabalho que nos propomos a desenvolver. -----

----- No que concerne a Guifões, essa visão quase bairrista, não fomenta absolutamente nada. É que as Oficinas, a mais capacitada unidade de pintura, neste momento está no Entroncamento! Mas está, depois de ter sido encerrada por um governo em que o partido do senhor Pedro Gonçalves também participou. Aliás, como encerrou Guifões, encerrou Figueira da Foz, minimizou o Barreiro e hoje em dia, felizmente, à exceção do Barreiro que não tem ainda esse fulgor, ainda, porque esse investimento na ferrovia, podem tentar desvalorizá-lo ao máximo, mas tem o cunho do Partido Socialista do qual muito nos orgulhamos. -----

----- E as oficinas da Figueira também estão reabertas, estão a funcionar e sabe que quem dirige também a CP engenharia e manutenção, por acaso até é do Entroncamento e faz essa gestão de todas as unidades da Figueira da Foz e de Coimbra até Vila Real de Santo António. E esse é o maior garante do reconhecimento das capacidades de quem está no Entroncamento, cresceu no Entroncamento, formou-se no Entroncamento, no Instituto Superior de Transportes, a capacidade de liderar todo um processo de renovação e reabilitação de um setor do qual, os dois partidos que aqui intervieram sobre esse assunto, foram os grandes “coveiros”. -----

----- Quem encerrou mais linhas férreas, com um mero intuito, não de responder às necessidades das populações, mas com uma dimensão financeira e única e exclusivamente para privatizar um setor no qual nós tínhamos *Know how* e éramos capazes fazer bem e continuamos a fazer bem e concentrar conhecimento nesta localidade. E mais digo, também dá condições aos trabalhadores. Foram reabertas, por exemplo, as cantinas que têm uma dimensão social e estavam encerradas há mais de dez anos. Fazendo as contas, conseguimos perceber em que tempo foi. Dar condições a quem quer também trabalhar na ferrovia. -----

----- Além disso, o auto sentinela, remodelação, está a ser feita aqui, as oficinas do Entroncamento ganharam o contrato com a IP para a manutenção, mais de três milhões de euros, manutenção de todas as unidades de via. -----

----- Eu podia-lhe elencar “n” investimentos e capacidade que as oficinas do Entroncamento ganharam, trabalhando em rede. Porque esta lógica das capelinhas, como eu comecei esta segunda intervenção, é o que reina na mente e nunca fez florescer nem crescer nada. E já provámos também nesta Assembleia que, quando trabalhamos juntos, nomeadamente em áreas como a segurança, as coisas funcionam muito melhor. Em relação a se há alguém que foi presidente da CP, que é acionista de uma empresa, se quiser falar, a mim preocupa-me substancialmente mais, alguém que tenta privatizar uma empresa para depois a comprar ao desbarato. E isso aí saberão muito bem do que eu estou a falar. Provavelmente, o senhor Presidente nomeado pelo governo da PAF para o Conselho de Administração da CP. -----

---

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Eu podia contar-vos uma história, mas vamos chamá-los pelos nomes, outra vez. -----

----- Porque é que se fechou, porque é que se cortou, porque se tinha de pagar. E tinha de se pagar o que alguém gastou. -----

----- Eu no outro dia ouvi no outro dia uma pessoa a perguntar se queria chamar o Sócrates para a campanha, ou não. E eu aqui quero perguntar se querem chamar o acordo da troica, que vocês assinaram, que o governo da PAF teve de cumprir. -----

----- Mas o que eu quero realmente falar, é daquilo que nos une realmente. Senhor Ricardo, Senhora Paula e todos os demais, eu, por mim, estou disponível que o Senhor Presidente da Assembleia agilize o mais rapidamente possível essa reunião. Uma reunião que lhe podemos chamar o que quisermos, mas que a gente reúna para pensar novamente qual é o próximo passo acerca da segurança. Porque isso realmente é o que à nossa cidade interessa. À nossa cidade interessa emprego /segurança, segurança / emprego. Emprego criado no Entroncamento e não a trezentos quilómetros e segurança, muita segurança. Acho que seria bom, chamarmos inclusivamente o vereador com o pelouro do trânsito, para que pudesse estar connosco e perceber a preocupação que também nós temos, para que possa realmente intervir na acalmia do trânsito. Porque é da segurança que se trata. -----

----- Não havendo mais deputados a pretenderem intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para eventuais esclarecimentos às questões aqui colocadas. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos seguem através da transmissão online, esclareceu: -----

----- Queria aqui reconhecer que, a hora desta sessão da Assembleia, parece-me bastante adequada e sugiro que possamos encontrar futuras reuniões também a esta hora. -----

----- Relativamente às questões, o senhor deputado da CDU colocou uma série de questões específicas, que eu agradeço que ponha por escrito e que serão respondidas em conformidade. Pois como deve calcular, eu não tenho aqui o número dos gastos e das receitas, como o senhor estava a pretender. Se quiser respostas concretas, faça-as por escrito e nós responderemos, como determina o regulamento e a legislação aplicada. -----

----- Relativamente ao processo de descentralização de competências, em termos globais, o processo está a seguir com grande normalidade, com grande abertura ao nível de discussão com a Administração Social, com a Administração Central, para irmos corrigindo e acertando aspetos dessa mesma descentralização, nomeadamente ao nível da educação, ao nível da área social e da saúde, sendo que a saúde, com esta recente alteração da estrutura organizacional que entrou em vigor em um de janeiro, está agora aqui num processo de reorganização também nesse tipo de relacionamentos com os municípios. Pensamos que vai evoluir em conformidade. -----

----- Relativamente à área social em concreto, eu gostava de dar duas notas, que é, nas duas áreas transferidas para a responsabilidade da Câmara Municipal, por exemplo ano nível do RSI, tem sido feito trabalho de acompanhamento de todos aqueles que recorrem a este instrumento, com um objetivo de retirar as pessoas do RSI. Não por concluírem o período a que têm direito a esse apoio social, mas por serem integradas no mercado de trabalho, ou em processos de formação profissional. E devo dizer que, em termos globais, cerca de trinta e cinco por cento das pessoas que têm estado a beneficiar do RSI, têm saído deste sistema para ocuparem postos de trabalho reais da economia e para ocuparem posições formativas especializadas. Também dizer que, em colaboração com a Câmara Municipal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, desenvolve, nas oito salas que constituem a chamada Escola das Tílias, seis dessas salas estão a ser ocupadas em permanência para formação de adultos, alguns deles beneficiários do RSI, para obtenção dos níveis de escolaridade básicos. Sejam eles a quarta classe, o primeiro ciclo ou o nono ano, ou também ao nível de cursos profissionais ao nível do décimo segundo ano. E esse é um trabalho que tem sido feito e que é

---

de facto bastante inovador relativamente ao que se fazia e que eu gostaria de aproveitar para dar um cumprimento público às nossas técnicas (e digo nossas técnicas, porque são todas senhoras) da nossa área de apoio social. -----

----- Relativamente às medidas de acalmia, nós temos vindo a desenvolver e implementar um conjunto de medidas, como eu já disse ao deputado senhor Pedro Gonçalves. Estes processos são dinâmicos. Ele terá as suas opiniões, que respeito., todos nós respeitamos. Mas a cidade tem evidenciado um conjunto de intervenções que nos parecem adequadas e que melhoram. --

----- Nós poderíamos discutir as tais lombas que o senhor deputado fala. Têm aspetos a favor, aspetos contra, mas penso que não é aqui o momento para isso. Estou disponível, para quando quiser, discutir isso com ele, mas o que é certo, é que nós temos implementado e vamos continuar a implementar um conjunto de medidas, no sentido da prevenção. Nós também temos de ter em conta que, os cidadãos, os condutores, ou simples peões, têm de ter em conta as regras a que estão obrigadas. E não são apenas regras de conduta, são regras legais a que todos nós estamos obrigados e temos de cumprir. -----

----- Também queria saudar a discussão, embora com um pouco de troca de galhardetes, acerca da temática da ferrovia. É pena que esta Assembleia não tenha oportunidade de fazer uma discussão mais aprofundada acerca deste tema. Mas queria saudar o facto de referirem este assunto, que é um aspeto extremamente importante para a nossa cidade e para a nossa região. -----

----- Dizer também, relativamente àquilo que já foi dito, que o Entroncamento está de novo a voltar, face às novas intervenções que foram desenvolvidas. Nós temos de ter aqui bem presente, e se calhar muitos de vós conhece as Oficinas de Manutenção do Entroncamento, que nós, há dez, onze anos, visitávamos as oficinas e eram uma dor de alma. Não se viam pessoas a fazer manutenção de comboios. Viam-se pessoas que não estavam integradas e que não havia trabalho para elas. Hoje visitamos as oficinas do Entroncamento e vemos pessoas a trabalhar, pessoas a fazer a manutenção de comboios. E um dos exemplos disso, é que tem vindo a aumentar o número de efetivos dessas mesmas oficinas. Como disse o senhor deputado Ricardo, o refeitório que esteve fechado doze anos, abriu há meia dúzia de anos e hoje tem muita gente a comer lá. -----

----- Mas não é só isso. O Entroncamento está a recuperar o seu espaço de centro estratégico da manutenção em Portugal, porque as oficinas do Entroncamento são aquelas que continuam a ter mais valências de maior complexidade que não existem noutros locais. -----

----- Abriu Guifões? Foi reativado Figueira? Muito bem. Porque foi feito em resultado dos investimentos da ferrovia e que continuam a ser feitos. Mais, os investimentos estão a ser planeados, quer pela CP, quer pela MEDWAY; o Entroncamento, a curto prazo, voltará a ser o centro estratégico da manutenção em Portugal. O investimento da MEDWAY, por exemplo, está neste momento em fase de avaliação nacional de PIN (Projeto de Interesse Nacional). Vai ser feita essa avaliação, provavelmente, durante o mês de março, ainda não tenho uma data concreta, mas já fui notificado, enquanto Presidente de Câmara, para participar nessa avaliação. E como já aqui transmiti várias vezes aos senhores deputados, é um investimento que vai criar algumas centenas de postos de trabalho e que está em fase muito avançada de conclusão de tudo o que é projetos. -----

----- E tudo isso vai ser relevante para que o Entroncamento se constitua de novo como o grande centro de manutenção ferroviário de Portugal e também com uma capacidade exportadora para a Europa e essencialmente para a península ibérica. O projeto da MEDWAY é um projeto que tem como objetivo a manutenção e produção de vagões e de outras máquinas de tração, quer para a operação de Portugal, quer para a operação da Península Ibérica. -----

----- E como também sabem, porque estão certamente dentro dessas situações, a MEDWAY, no final do ano passado, constituiu uma empresa em conjunto com a RENF, que é a empresa líder de transporte de mercadorias em Espanha e de logística ferro/rodoviário. E é para isso

---

que se está a trabalhar e tudo isso vai ter uma base de manutenção aqui sediada no Entroncamento. Esperemos que estejam em operação no final do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Mas ainda bem que nós podemos discutir algumas coisas acerca da ferrovia, até porque, goste-se ou não, não há a menor das dúvidas de que este Governo tem feito investimentos fortíssimos na ferrovia. Se investiu na Estação? Não o fez, apesar de nós termos já várias vezes insistido. Mas também lembrar que, quem defendeu aquela passagem superior, foi o anterior executivo do PSD, que agora se esquece disso. Mas também não é por causa disso, de não ter feito essa intervenção, que nós deixamos de valorizar o trabalho. Reparem, neste momento, estão em construção várias dezenas de quilómetros, ou centenas quilómetros de ferrovia, coisa que já não acontecia há trinta ou quarenta anos em Portugal. Isso é muito relevante. -----

----- O TGV não vai parar ou passar cá? Para mim não é relevante. Ver passar o TGV a duzentos à hora, para mim não ia acrescentar nenhum valor ao nosso território. Acrescentará valor ao território é termos oficinas de manutenção que possam fazer a manutenção da retaguarda desses comboios. E nisso, podem crer que se está a trabalhar. Acrescenta valor a este território, por exemplo, termos no segundo ano consecutivo o *Railway Summit* no Entroncamento. E acrescenta valor no território que essa iniciativa possa ter, como sua casa permanente, o Entroncamento. Porque o *Railway Summit* vai trazer ao Entroncamento, durante dois dias, os principais protagonistas, digamos, da ferrovia a nível nacional, da península ibérica e até da Europa. E isso acrescenta valor. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Bruno Melo**, a quem foi dada a palavra excecionalmente, dado que o procedimento constante no Regulamento: Reitero então o pedido à nossa resposta por escrito, enviada a seis de outubro de dois mil e vinte e dois, reiterada na nossa reunião de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois também, e saber se devo reiterar este pedido de resposta por escrito, como me pede no seu comentário e que não deva considerar isto como um “chuto para canto”. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Camara** que esclareceu: Como sabem, há um regulamento que determina a forma como os senhores deputados se devem relacionar com o executivo. Só estou a dizer para fazer de acordo com o regulamento. -----

----- Que eu tenha conhecimento, posso estar enganado, terá manifestado algumas questões nesta reunião, mas não enviou por escrito. Se enviou por escrito e não foi respondido, peço desculpa, foi um lapso e vamos corrigir. -----

----- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à intervenção do público, encontrando-se inscrita uma munícipe. -----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Maria Margarida Ribeiro Macedo**: Gostava de saber qual o plano de ação deste executivo em relação aos animais errantes que têm todo o direito de terem atenção como os seres humanos. As Associações estão lotadas, o Canil abrange vários concelhos e neste momento está lotado também, a PSP também não consegue fazer nada e gostava de saber se não existe a possibilidade de um espaço para situações mais emergentes. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**: Obrigado pela sua questão. Vou só dar uma nota breve e pedir à senhora Vice-Presidente para acrescentar algumas notas. -----

----- De facto, como é do conhecimento de todos, o Canil Intermunicipal é um canil que abrange os concelhos da Barquinha, Entroncamento, Torres Novas e Alcanena. É um equipamento que nós, os quatro municípios, temos vindo a tentar melhorar. Tem algumas dificuldades, foi construído num local que não tinha as condições legais para poder ser construído e andamos há alguns anos a tentar regularizar esse facto. Situação sem a qual não é fácil promover ali uma melhoria daquele equipamento. -----

----- No entanto, procura-se que funcione e de facto, temos tido algumas dificuldades de resposta. Mas nós temos um plano de ação definido e a senhora Vice-Presidente vai só dar

---

nota específica dessas ações que temos feito, nomeadamente a esterilização nas colónias de gatos. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Vice-Presidente**, que esclareceu: Muito boa tarde a todos. Complementando aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, é um facto que a situação dos animais errantes (e isto é uma realidade cíclica) neste momento está bastante difícil. Nós detetamos que o abandono tem vindo a crescer, porque as pessoas abandonam os animais e nós aí não conseguimos de facto impedir que elas o façam. -----

----- Temos tomado várias medidas, nomeadamente, de oferecer um valor no Plano de Esterilização na cidade, com a adesão das clínicas veterinárias, que está a ser lançado neste momento e que temos um orçamento na ordem dos quinze mil euros ano. E posso dizer que, apesar da divulgação que fazemos, infelizmente, nunca chegamos a executar a totalidade em orçamento. Porque as pessoas não estão sensibilizadas para as vantagens da esterilização dos animais. O que iria diminuir drasticamente a proliferação de animais na via pública, quer gatos, quer canídeos. Mas continuaremos a insistir na divulgação e, se nos puderem ajudar na divulgação deste programa, agradecemos porque é o quarto ano que temos o programa em vigor. -----

----- Também dizer que, face às dificuldades que o canil tem atravessado, porque a medida que está em vigor, que impede que os animais sejam eutanasiados se não preencherem três requisitos, que é serem perigosos, terem uma doença que não sei o nome dela, confesso, mas ainda esta manhã estive a avaliar essa situação com a nossa veterinária municipal, ou não terem condições de serem adotados. Ora, isto leva a que os animais fiquem em cativeiro anos a fio e não há canil suficiente. -----

----- Nós temos neste momento em cima da mesa um projeto que nos permitirá, se houver o acordo dos quatro municípios, aumentar o canil para mais cem boxes, só para cães. Só que, se fizermos as contas e dividindo proporcionalmente pelos quatro municípios, dará vinte e cinco boxes a cada município, o que, em pouco tempo, estarão outra vez cheios, lotados e sem capacidade de resposta. E os Centros de Recolha Oficial (nome técnico dos canis) não podem crescer continuamente. É do comportamento dos cidadãos que nós dependemos para resolver estas situações. Infelizmente, nem sempre as pessoas têm essa noção e nós também verificamos que, por vezes, há pessoas com algum desequilíbrio, que também contribuem para esta dificuldade. -----

----- Também temos um acordo com uma Associação, que nos faz o apoio na gestão das colónias na Campanha Sede, que é a campanha de captura / esterilizar e devolver os animais à via pública, para gatos, porque devidamente esterilizados e em colónias controladas não oferecem qualquer perigo para a saúde pública e permitem também não pressionar tanto os Centros de Recolha Oficial. E posso dizer-vos que são dezenas e dezenas de animais que são controlados. Penso que saberá, se calhar colabora. -----

----- Já agora, dar uma boa notícia, que eu também fui informada hoje. Nós temos conseguido que muitos animais sejam adotados. A nossa veterinária, juntamente com a proteção civil municipal, faz um trabalho fantástico para promover a adoção e soubemos que de cinco cachorros que foram capturados há pouco tempo e foram para o canil, dois faleceram, três neste momento estão digamos a trabalhar, porque são cachorros de trabalho, passaram nas provas e já estão a ser treinados para serem cães de apoio, a quem precisa de apoio, nomeadamente os invisuais. Ficamos muito contentes quando temos estas informações. -----

----- Faz-se o trabalho que é possível. Não é com o aumento dos Centros de Recolha que nós vamos resolver isto. É com intervenção na população, na forma de pensar, combater o abandono e aumentar a esterilização, que essa sim, é essencial. -----

----- Por exemplo, a alimentação dos animais na rua, que se faz nas colónias controladas, dos gatos, fazê-lo indiscriminadamente é contribuir para a insalubridade, para a proliferação de pragas, mas as pessoas não conseguem perceber. Um gato que esteja na rua, é um caçador, não precisa de ser alimentado. Quando os alimentamos a comida solta e indiscriminada na

---

rua, alimenta ratos e toda uma série de pragas e, depois as pessoas queixam-se que as campanhas de desratização não têm efeito. Muitas das vezes não tem efeito também por estas medidas. -----

----- De seguida, **Senhor Presidente da Assembleia** entrou nos assuntos da Ordem do Dia. --

----- **ORDEM DOS TRABALHOS** -----

**PONTO NÚMERO UM** -----

**“APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”** -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **Senhor Presidente da Câmara:** Só queria fazer aqui uma pequena referência à informação que foi disponibilizada aos senhores deputados, de acordo com o que está estipulado e que é feita de forma regular com base na estrutura existente, com base nos vários serviços. -----

----- Queria também realçar dois ou três aspetos. Como sabem, nós continuamos a ter um aumento significativo de novos estudantes no nosso sistema de ensino público e continuamos a ter um incremento de estudantes de várias nacionalidades. Hoje, nós já temos quase trinta por cento de alunos de outras nacionalidades, que não a portuguesa, nas nossas escolas. Ao dia de ontem, temos vinte e nove vírgula trinta e três por cento dos alunos, que corresponde, e houve um salto enorme relativamente à última Assembleia, temos um total de três mil cento e vinte e três alunos que estão no nosso agrupamento de ensino público, temos novecentos e dezasseis que são estrangeiros, que não têm nacionalidade portuguesa. -----

----- Isto tem representado um esforço enorme de todos, comunidade académica, Câmara Municipal, apoio das Juntas de Freguesia e outras entidades, no sentido da integração e no sentido de ultrapassar as dificuldades que, como devem calcular, que são muitas, ainda mais havendo muitos alunos que nem sequer dominam a língua portuguesa quando chegam ao nosso agrupamento. E por isso, nunca é demais saudar todos os profissionais que, no seu dia-à-dia colaboram, quer ao nível do setor de educação da Câmara, quer ao nível do Agrupamento Escolar da Cidade do Entroncamento, a direção, os professores, os funcionários, que no seu dia-à-dia colaboram com esforço para a integração destes estudantes. -----

----- Nós hoje forneceremos cerca de vinte e cinco mil refeições por mês, o que é de facto um número muito elevado e que não é fácil, mas temos conseguido resolver. -----

----- Estamos também nesta matéria a trabalhar com o Senhor Delegado Regional de Educação e com o Agrupamento, a preparar o próximo ano letivo. Tendo em conta esta evolução e a evolução previsível que também já estimámos. Temos já neste momento uma ideia deste trabalho conjunto, do número de aumento de turmas que esperamos para o próximo ano letivo. -----

----- A Câmara do Entroncamento já foi convidada para participar como conferencista, para apresentar as boas práticas que têm sido desenvolvidas na nossa cidade. E eu também gostava de realçar que ainda na semana passada, nos dias vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro de fevereiro, decorreu a terceira Feira de Educação, formação e empregabilidade. Foi um momento de grande interesse e de encontro entre os estudantes, as famílias, os empregadores e outras instituições da cidade. Também é possível ver no relatório que, nestes dois últimos meses, mil duzentos e nove estudantes participaram em atividades de animação, de leitura; a Feira do Livro que se realizou em dezembro, o concurso de poesia. Enfim, podem ver muitas outras atividades que foram sendo desenvolvidas. -----

----- Também é relevante termos consciência, porque a realidade mostra-nos que, apesar deste número elevado, como disse há pouco, quase trinta por cento de estudantes são filhos de imigrantes, são estrangeiros. Não temos casos de indisciplina, ou casos de insegurança nas escolas, para além daquilo que é normal que aconteça com miúdos destas idades. Penso que

---

isto é notável e, mais uma vez, também aqui reforça o trabalho e empenho de todos os profissionais da educação. -----

----- Também ao nível do apoio social, nós temos hoje mil setecentos e setenta e cinco idosos que beneficiam do Cartão Municipal do Idoso. Com tudo aquilo que implica em termos de direitos e também de deveres da nossa parte. -----

----- Nós temos vindo a trabalhar para acompanhar as políticas do Governo Central, no sentido de melhorar os acessos às creches. Nós hoje temos duzentos e trinta e sete lugares de creche no nosso concelho, temos mais setenta e seis com projetos já aprovados e que estão em realização, que é o caso do projeto do CERÉ, o projeto de ampliação do Centro Social Paroquial e o projeto de ampliação do Jardim Escola João de Deus e temos mais cento e quarenta e seis já aprovados pelo CLAS (Conselho Local de Apoio Social), que vão ser submetidos a candidatura. Ou seja, temos neste momento, entre a capacidade existente, os projetos em execução e os projetos que já foram aprovados pelo CLAS, o último dos quais foi esta semana, da Associação de Ferroviários, temos já quatrocentos e cinquenta e nove, quatrocentos e sessenta lugares de creches que teremos neste momento ou que iremos ter a curto prazo. O que é relevante. -----

----- Por último, também é importante dizer-vos que o nosso trabalho de gestão e de consolidação da dívida continua. Fechámos o ano com um saldo de gerência como nunca tivemos e fechamos o ano com uma dívida abaixo dos sete milhões, mais precisamente, seis milhões, novecentos e oitenta dois mil euros. O ano que passou, nós reduzimos à dívida global novecentos e quarenta e dois mil euros. Quase um milhão de euros. Se tivermos em conta o nível da dívida que herdámos quando chegámos aqui, é como dizia um ilustre estadista português “é fazer as contas”. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, entrou de seguida no ponto dois da ordem de trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO DOIS** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL) – ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro”** -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A proposta foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal, conforme documentação que foi distribuída a todos e é do conhecimento de todos. -----

----- Dado que ninguém quis intervir neste ponto da ordem dos trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **vinte votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **uma abstenção** da Coligação Democrática Unitária . -----

- O **Senhor Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado Bruno Melo, da bancada da Coligação Democrática Unitária, que solicitou ler a seguinte declaração de voto: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*«Reparamos desde logo que esta alteração orçamental precisa encontrar mais atenção aos Espaços Verdes e limpeza dos Espaços Públicos. Não registamos investimento de um cêntimo nestas áreas. Desde logo chamamos essa atenção.»* -----

----- Entrou-se se seguida no ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL RELATIVO À RECOLHA, TRATAMENTO E LIVRE CIRCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO**

**MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro** ---

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Este assunto também foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e a documentação também foi entregue a todos previamente. -----

----- Atendendo a que nenhum deputado pretendeu intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto três da Ordem de Trabalhos à votação. -----

**-VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e um votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA - ao abrigo do n.º 2 do artigo 14.º da Lei 98/2021, de 31 de dezembro”** -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Esta assunto foi aprovado por unanimidade em reunião da Câmara Municipal e toda a documentação foi distribuída previamente a todos os deputados e Presidentes das Juntas de Freguesias. -----

-----Dado que ninguém manifestou interesse em se pronunciar sobre o ponto em debate, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e um votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----

**“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, ao abrigo do n.º 1, do artigo 14.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro.** -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Esta revisão da carta foi aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal e a documentação também foi entregue a todos os deputados. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Francisco Velez**: Muito boa tarde a todos. -----

----- Logicamente, nós temos de dar aqui uma grande, uma extraordinária importância a um documento chamado “carta educativa”, porque é um documento extremamente orientador para aquilo que possa acontecer e possa vir a acontecer no futuro. No entanto, quando me deparei com este documento, deparei com quatrocentas e onze páginas. Eu não as li. Inclusivamente, as quatrocentas e onze páginas, uma grande parte delas, são gráficos. Os gráficos não se leem telegraficamente, têm de ser analisados. -----

----- Por outro lado, algumas coisas que eu fui lendo, verificando e analisando (não só como deputado municipal, mas também enquanto cidadão, enquanto avô de quem frequenta a escola e enquanto professor, já agora também) encontro ali algumas coisas que eu acho que devem ser pensadas, repensadas obrigatoriamente. -----

---

----- Estamos em dois mil e vinte e quatro e comparar dois mil e vinte e quatro com dois mil e vinte e dois, não há hipótese nenhuma no Entroncamento, comparar com dois mil e onze então muito menos. Com dois mil e vinte e um não faz absolutamente sentido nenhum e até estarmos a perspetivar o que é que vai acontecer a seguir, não, não sabemos. Provavelmente, iremos ter mais turmas, mais turmas significa mais profissionais, significa mais infraestruturas, significa muita coisa mais. -----

----- O que eu iria propor, muito sinceramente, para que pudéssemos tratar deste assunto com clareza e, já agora, com alguma elevação e com muita responsabilidade, eu iria sugerir que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos e que, paralelamente, fosse criada, ou uma comissão, ou um grupo de trabalho para analisar este documento como deve de ser, eventualmente para a sessão de abril. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Parece difícil, mas eu concordo. Eu corroboro por completo a decisão do deputado Francisco Gaspar, que ainda agora o Exmo. Presidente do Município, nos disse que, desde a última reunião até hoje, temos números completamente dispares. Temos quase trinta e três por cento das crianças de outras nacionalidades. Acho que seria muito útil. Corroboro. Por mim, podemos retirar o ponto e analisá-lo. -----

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Céu Carvalho**: Muito boa tarde a todos. Isto é uma área que me é sensível e quando li, também tive dificuldade, como disse o colega de bancada em relação à extensão do documento, mas sobretudo, o que lia não era o retrato da educação de hoje. -----

----- Portanto, acho que há uma necessidade de atualização de alguns dados, acho que, de facto, o espírito tem lá coisas muito interessantes, muito importantes, mas, efetivamente, há outras que eu acho que, além ser notado que ela não retrata os dias de hoje, eu sei que aferir dados com proximidade não é de todo muito fácil, mas de qualquer maneira, sendo o assunto uma revisão, acho que teria todo o interesse que de facto fosse feito um trabalho. Seria talvez aquilo que estavam os senhores deputados a sugerir. -----

----- De seguida, pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Folgo em saber que também é um dos casos em que nós vamos estar quase todos de acordo. Eu olhei para o documento e este, além de ter a maioria dos dados de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, e depois até dois mil e vinte e dois, tem inclusive coisas erradas. Há uma passagem que nós sublinhámos, onde se diz que houve um decréscimo da população escolar do concelho. Ou seja, eu acho que este documento não tem nenhuma aderência àquilo que é a nossa realidade demográfica atual. -----

----- Portanto, eu não só subscrevo tudo o que os colegas das diferentes bancadas disseram, como proponho o seguinte: como todos temos atividades profissionais grandes, eu propunha que se fizesse um pedido à Câmara Municipal, que esta pudesse alocar uma colaboradora que pudesse fazer a revisão destes dados. A reposição dos mais atuais dados que conseguir, na substituição destes mapas e nós depois faríamos uma reunião, que me parece bem, com a metodologia que entenderem, uma reunião entre os vários membros da Assembleia, para propor uma alternativa a este documento. -----

----- Resumindo e concluindo, concordo que seja retirado o ponto, para uma análise posterior.

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**: Obviamente que a Assembleia será soberana e aquilo que decidir é aquilo que se fará, sem qualquer dúvida. -----

----- Mas quero lembrar dois ou três aspetos: se for aprovada a retirada do ponto, será para ser presente na próxima Assembleia que, será uma situação muito semelhante. Porquê? Este processo iniciou-se em dois mil e dezanove, até no quadro legislativo próprio. Nós, por exemplo, em dois mil e vinte, a onze do nove de dois mil e vinte, entregámos a toda a comunidade docente, uma informação (salvo erro numa *pen*) com a revisão da Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal. Envolvemos toda a comunidade, o

---

Conselho Municipal de Educação, a Direção do Agrupamento, as Escolas Profissionais, os vários parceiros, etc.. -----

----- Este processo foi feito por uma equipa da Universidade Nova, por acaso coordenado pelo professor David Justino (foi ministro da educação, ilustre ministro da educação) e, enquanto professor da Universidade Nova, coordenou esta equipa. E algumas das observações que aqui foram ditas, eu também me revejo nelas. Agora, nós temos de fechar o documento. Por exemplo, de dois mil e vinte e dois para agora, houve basicamente duas alterações. Alterar a designação de dois estabelecimentos de ensino que foram ajustados pela Portaria que saiu em dois mil e vinte e dois, a Escola Ruy d'Andrade acho que passou a ter uma especificidade qualquer (uma coisa desse tipo) e foi alguma atualização de dados que se optou por manter os dados anteriores, porque também ainda não tínhamos dados do novo censo em condições para serem avaliados. E eu também sei perfeitamente que aquela observação que foi dita de que há um decréscimo de alunos, não corresponde à realidade. Aquilo que nós estamos hoje a assistir é um conjunto de evoluções que, há um ano, seguramente, nós não pensávamos. -----

----- Se me permite, recupero uma observação que foi feita pelo executivo da altura, quando em dois mil e onze aprovaram a revisão da Carta Educativa, que é um documento dinâmico e tem de ser tido como tal. -----

----- Portanto, como disse, a Assembleia é soberana, aquilo que decidirem, obviamente que nós estaremos de acordo. Nem sequer vou opinar acerca disso. Só que temos aqui uma dificuldade, que temos hoje e vamos ter em abril! E temos que a assumir coletivamente. -----

----- Se os senhores deputados se sentem mais confortáveis por terem mais tempo para ler o documento e darem algumas sugestões, agora eu também gostaria, e lançava esse repto, que nos enviassem sugestões concretas para nós podermos melhorar o documento. -----

----- Reparem, este documento já teve uma pronúncia pelo IGF “somo a comunicar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de que a Carta Educativa da Câmara Municipal do Entroncamento reúne as condições para pronúncia do Ministério da Educação, a coberto do Decreto-Lei 21/2019”. Também já teve uma pronúncia favorável do Conselho Municipal de Educação e todos nós sentimos esta dificuldade. Eu, se me perguntarem se estou contente com este documento, direi não. Como é que podemos resolver? É fazer um novo? Ou é fazer este e partir proximamente para uma revisão do documento? Se calhar, é isso que se justifica. Porque ele é dinâmico. Mas pronto, farão o que entenderem. -----

----- Voltou a pedir a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Relembrando que nós não podemos interagir com o Executivo diretamente, porém, pela sua pessoa, peço que faça a pergunta. -----

----- Se nós votarmos este documento hoje, teríamos uma garantia do Município que abriria uma revisão nos próximos dias? Porque, se não podemos alterar, e eu também percebo que os dados tinham de ser com os censos, tenham de ser tudo. Agora, se houver um compromisso. A Carta tem de ser aprovada, ou não, tendo ela várias perspetivas, porém, os números não refletem a realidade. Se não refletem a realidade, mas os números dos censos que temos de usar são os números dos censos de dois mil e vinte e dois. Se não reflete a realidade de dois mil e vinte e quatro, possivelmente então, teremos de fazer avançar muito rapidamente uma revisão nova. -----

----- Percebi perfeitamente o que o senhor Presidente da Câmara disse e era a minha única dúvida. Não falarmos hoje os dados não iriam ser renovados porque este documento está um documento fechado. E como o senhor Presidente disse, já foi aprovado pelo Ministério da Educação e já teve também o parecer favorável do Conselho Local de Educação. Agora é assim, existe um problema e acho que nós estamos aqui para resolver ou não resolver problemas. Se existe esse problema e até podemos retirar o ponto e só o discutir em abril, sim, mas que cheguemos aqui todos com uma conclusão, vamos aprovar este documento, mas, na próxima reunião do Executivo, o Executivo vai lançar uma nova revisão da Carta Educativa. -

---

----- Eu concordo em absoluto com a retirada, mas gostaria que o Senhor Presidente da Assembleia questionasse o Executivo, se fosse possível, se há essa possibilidade. Porque é desconhecimento meu da Lei, mas julgo que o Senhor Presidente ou a Senhora Vice-Presidente poderão responder. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Tendo em cota que é uma posição quase unânime das bancadas, ouvimos quase todas, eu propunha que se colocasse à consideração aquilo que foi aqui explanado pelo deputado Pedro Gonçalves. Até numa perspetiva de vinculação. Parece-me que não há aqui um problema, aliás, pela intervenção do senhor Presidente da Câmara, parece-me que ele próprio também tem interesse que isto aconteça dessa forma, que nessa declaração de voto, seja indicado que se iniciará de imediato, após termos este documento, que é um documento orientador e dinâmico, que eu tomarei a liberdade de fazer uma declaração de voto com esse pressuposto e isso fica plasmado na ata, que é uma declaração de voto e, assim, ficamos todos confortáveis com o procedimento a tomar. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: Relativamente àquilo que os senhores deputados disseram, eu estou perfeitamente de acordo. Não posso é comprometer na próxima reunião. Porquê? Porque isto, depois de aprovado em Assembleia, tem de ser submetido no Ministério e só depois disso é que nós podemos iniciar a revisão. Mas depois disso, têm o meu compromisso de levar ao Executivo, penso que os outros membros também estarão em sintonia. Acho que era uma solução excelente para esta situação. -----

----- Voltou a pedir a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Nesta senda, eu hoje estou a concordar muito com o senhor deputado Pedro Gonçalves, também deixava aqui este repto, até porque o nível de participação foi aberta à comunidade educativa e tendo em conta o interesse e que foi aqui manifestado, é efetivamente uma área muito relevante para o concelho, que pudesse o senhor Presidente à medida daquilo que disse aqui o senhor deputado Francisco Velez, também promovermos uma reunião dentro daquele mesmo espírito da segurança, promovermos uma reunião em que cada um indicasse alguém ou com os líderes de bancada, em que se pudessem colher eventuais contributos também para essa futura revisão, para poder também chegar à Câmara em tempo quando ela desenrolar esse processo. -----

----- Era só esta nota que eu gostaria de deixar. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Se me permitem, gostaria de dar aqui o meu testemunho pessoal. -----

----- A carta Educativa é um documento de referência que traça, digamos, as grandes linhas, é a constituição, digamos assim. No Conselho Municipal de Educação, eu também tive uma intervenção dizendo, a partir de agora, todo o quadro de valores, os projetos educativos, têm de estar conformes a este documento. Isto é um documento basilar. As linhas mestras da educação no Concelho do Entroncamento. -----

----- Os números aqui não pesam muito. Eu sei que estão lá e são referentes a um ano que já passou. Mas reparem, todos os anos os agrupamentos atualizam, requisitam professores, requisitam funcionários. Isto todos os anos, em função da realidade de cada ano. Se isso fosse o fator determinante, todos os anos teria de haver cartas educativas. -----

----- Isto é a minha opinião pessoal, não quero determinar o voto a ninguém. -----

----- Recordo que, em dois mil e onze, a Carta Educativa definia que o Entroncamento tinha um Agrupamento e uma Escola Secundária. Era uma coisa fechada. No entanto, o Executivo entendeu, em articulação com o Ministério da Educação da altura, passar a um mega agrupamento. E eu na altura, como diretor do agrupamento ALPHA, coloquei questões a respeito da carta educativa. E o Ministério e a Câmara na altura, responderam que isto é um documento dinâmico e hoje eu compreendo. A Carta Educativa traça um conjunto de grandes valores e estratégias e isso é que é o essencial da Carta Educativa. Os números, são relevantes e eles estão ultrapassados, é verdade, não há dúvidas que estão ultrapassados, mas adequar os

---

recursos às escolas, isso é feito ano a ano. Não é por aí que se pode pôr em causa a Carta Educativa. -----

----- Esta é a minha opinião pessoal. Eu sei que não devo tomar parte nos debates, mas foi só para dar o meu testemunho pessoal. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Eu queria dizer aos colegas das outras bancadas o seguinte: o PSD, esteve aqui a conversar rapidamente e é assim, nós neste momento, apesar de termos ouvido o que o Presidente da Assembleia disse, temos aqui dados com cinco anos, dados de dois mil e dezoito. Portanto, mesmo admitindo que se faz essa atualização anual, mas que não se consegue fazer anualmente que se faz bianualmente, nós temos aqui dados de facto muito desatualizados. Mas mais do que isso, temos aqui de facto considerações que são elas, na sua essência, completamente erradas. São falsas. Nós não tivemos um decréscimo da população escolar, pelo contrário. -----

----- Portanto, não me parece bem que nós aprovemos este documento. Mas, porque não queremos ser aqueles que não vão participar numa solução construtiva, se quiserem votar o documento, votam, nós vamos abster-nos, com a convicção de qualquer maneira declarada, que o documento vai ser revisto. -----

----- Eu, parecia-me mais correta, do ponto de vista institucional da Assembleia, que nós não aprovássemos o documento, retirássemos o documento e o trouxéssemos cá daqui por dois meses. Porque os senhores, e nós enquanto nos abstemos, vamos aprovar um documento com informações erradas. -----

----- Em qualquer das soluções estaremos confortáveis. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Mas o documento, daqui a dois meses, é o mesmo! O prazo de revisão terá terminado. -----

----- A Senhora **deputada Paula Carloto**, respondeu: Não, supostamente será revisto. Depois vai outra vez à chancela de quem tiver de ir. -----

----- Um documento que tem dados com uma cadência de cinco anos! Que raio de entidades é que ele teve de passar para, só ao fim de cinco anos, chegar aqui com dados de dois mil e dezoito! -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Sendo assim a proposta do Senhor deputado Pedro Gonçalves, não sei se posso avançar nessa linha, na condição de submeter à aprovação, sim ou não e a partir da aprovação, o Executivo compromete-se a abrir novo processo de revisão, no âmbito da atualização dos dados, dos números, porque de facto são anacrónicos, não correspondem ao tempo. -----

----- Atendendo a que todos concordaram, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta de manter ou retirar o documento da ordem de trabalhos. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

- O ponto cinco da Ordem de trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **nove abstenções**, sendo cinco do Partido Social Democrata, duas dos deputados independentes, uma do partido Chega e uma do Centro Democrático Social-Partido Popular. -----

----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:** -----

*«Reparamos que é um documento extenso, detalhado, menos correto, teoricamente preocupado, mas fundamentalmente demagógico. -----*

*Parece-nos ser feito para dar resposta ao que esperam que respondamos. O essencial fica por responder. As reais necessidades são passadas para trás. -----*

---

*Temos o Jardim de Infância que continua fechado há anos, temos uma Escola Secundária deficiente, temos falta de professores, temos falta de pessoal auxiliar, temos infraestruturas deficitárias.* -----

*Enfim, não deixamos de aprovar esta carta, ainda por mais, sendo feita pelo Município e não por uma CIMT. Mas, com prudência.* -----

*Para quando uma verdadeira política educativa no Entroncamento e que vá ao encontro das necessidades das crianças, alunos, jovens e população do Entroncamento»* -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA:** -----

*«Naturalmente, uma Carta Educativa é um documento dinâmico, é um documento orientador e todos reconhecemos nesta Assembleia, quase que unanimemente, que tem, efetivamente, algumas fragilidades.* -----

*Nem sempre o desenvolvimento das demarches administrativas são aquilo que se pretende. O que é mais relevante, é que o Município possa dar resposta efetiva à realidade que se passa nas escolas.* -----

*Posto isto e colocada a prerrogativa de, após a conclusão deste processo, ser iniciada a revisão da Carta Educativa à luz da evolução rapidíssima que tivemos nestes dados nos últimos anos, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente.»* -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:** -----

*«A bancada do PSD abstém-se considerando que o documento em análise será alterado a breve prazo, de acordo com uma proposta consensualizada nesta Assembleia Municipal. -----*

*No entanto, consideramos que não é admissível que a Carta Educativa, enquanto documento orientador, não tenha dados atualizados e tenha mesmo considerações desatualizadas, como a que consta algures na página cento e quarenta e um, onde se pode ler que “houve um decréscimo da população escolar no concelho”.* -----

*Por todas estas razões, não podemos votar a favor.* -----

*--Só uma Carta Educativa com dados atualizados e, portanto, com aderência quase integral à realidade do concelho, pode permitir analisar e perspetivar um sistema educativo que responda à realidade demográfica atual da população escolar da cidade.»* -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR:** -----

*«Não podemos votar favoravelmente um documento desatualizado, mas também não podemos reprovar pela sua pertinência.* -----

*Pelo seu dinamismo, propomos então ao Executivo que, depois de submetido e concluído, elabore uma nova Carta com o senso e o consenso de todos, com números reais e, acima de tudo, com cenários de perspetivas futuras a refletir os números mais recentes e com o novo dinamismo da nossa cidade.»* -----

----- Entrou-se de seguida no ponto seis da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO SEIS** -----

**“PARECER JURÍDICO DA CCDR-LVT, RELATIVO À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA”** -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia:** Este ponto da Ordem de Trabalhos é apenas para conhecimento. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves:** Este ponto foi pedido por nós e acatamo-lo, obviamente. Porém, tenho a garantia que, com a nova formulação da nova Assembleia da República, será proposto uma nova reformulação do Conselho Municipal de Segurança. Porque esta maneira que existe hoje de retirar do órgão mais representativo das pessoas, dos votantes, dos cidadãos, não é, efetivamente, a melhor maneira para lidar com a segurança. -----

----- Ainda hoje, e infelizmente, os dados refletem isso mesmo, que arredámos os cidadãos que nós representamos do Conselho Municipal de Segurança. Tendo essa garantia, também

---

fico bastante contente e espero que daqui a alguns tempos, estejamos aqui a aprovar o novo regulamento à face da nova Lei.» -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** considerou que foi tomado conhecimento deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**TOMOU CONHECIMENTO** -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, **tomou conhecimento** do Parecer Jurídico da CCDR-LVR, relativo à composição do Conselho Municipal de Segurança. -----

**PONTO NÚMERO SETE** -----

**“PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2023** -----

----- Atendendo a que ninguém se quis manifestar relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** considerou que foi tomado conhecimento deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**TOMOU CONHECIMENTO** -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, **tomou conhecimento** do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação e Relatório de Execução relativo ao ano de 2023. -----

**PONTO NÚMERO OITO** -----

**“RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES REFERENTE AO ANO DE 2023 DA CPCJ, de acordo com o artigo 32.º da Lei 147/99, de 1de setembro, alterada pela Lei 142/2015, de 8 de setembro.** -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: A documentação deste ponto também foi distribuída a todos os deputados e vem apenas para conhecimento. -----

----- Atendendo a que ninguém se quis manifestar relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** considerou que foi tomado conhecimento deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**TOMOU CONHECIMENTO** -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, **tomou conhecimento** do Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2023 da CPCJ. -----

----- Passou-se de seguida ao ponto nove da ordem de trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO NOVE** -----

**“DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO NA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, EM SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÁRIA MARIA FERNANDA ALVES, nos termos da alínea I), ponto 1, do artigo 17.º (Composição da Comissão Alargada) da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)** -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Pertencer à CPCJ é uma função relevante e carece essencialmente de duas condições. Uma primeira é vontade e a segunda é conseguir acrescentar algo ao trabalho dessa entidade. -----

----- Há e sempre foi havendo, duas formações específicas que davam um enquadramento e reiteradamente compreendíamos que a educação e sobretudo pessoas que tivessem conhecimento da realidade do nosso Agrupamento de Escolas, teriam uma ligação mais próxima aos jovens e poderiam, eventualmente, até referenciar situações que pudessem ser mais complicadas e passíveis de acompanhamento pela CPCJ. Mas também nessa diversidade da CPCJ, com a saída da Dr.ª Helena Lages que, entretanto, já foi substituída neste mandato por razões de saúde, sempre houve a presença de pessoas com formação na área da medicina e juristas. Que entendo são funções também de grande ajuda ao desempenho das funções, tanto dentro da Comissão Alargada, como da Restrita. E essas necessidades têm sido mesmo colocadas por alguns membros da CPCJ. -----

----- Acho que há aqui uma dimensão muito relevante, sobretudo pela circunstância que vivemos, quem tiver disponibilidade e sobretudo como eu disse há pouco, vontade de

---

participar, se deve colocar à disposição da CPCJ, para participar como voluntário. Há várias pessoas nesta sala, inclusivamente o senhor vereador Rui Madeira Claudino, disponibilizaram-se à CPCJ para poderem colaborar nesta nobre missão de proteger também as crianças da nossa cidade. -----

----- Posto isto, estas coisas, naturalmente, nunca são contra ninguém, são sempre em prol de todos, eu queria colocar à consideração da Assembleia uma pessoa para fazer parte, para ser a indicação desta Assembleia à CPCJ, que é o Dr. João Miguel Pereira da Costa Lopes, nascido em três de outubro de mil novecentos e oitenta e oito. É médico com duas especialidades, medicina interna e medicina intensiva. É atualmente também o presidente do Conselho Médico da sub-região do Ribatejo para o triénio de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e cinco. Reside no Entroncamento. Toda a sua vida tem sido feita por aqui, embora profissionalmente esteja estabelecido no hospital distrital de Santarém, onde, inclusivamente, dada a especialidade que exerce, teve um grande papel no período muito difícil da nossa comunidade, o COVID, onde esteve, naturalmente, na linha da frente e está preparado para grandes embates. -----

----- Do ponto de vista curricular não é necessário dar aqui grande extensão. É uma pessoa que manifestou vontade de colaborar face a este enquadramento e por essa mesma razão, esta bancada gostava de o colocar à consideração da Assembleia para esta indicação. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Vamos lá começar isto desde o princípio com toda a clareza que estes assuntos merecem. Quando se trata de definir pessoas, eu gosto muito e até agora temos conseguido, fazer isso com alguma lisura e chegar a acordo com as pessoas, o que me parece bem. Porque quando a gente propõe uma pessoa e outros propõem outros, não é necessariamente porque uns sejam melhores ou piores. É porque chegamos consensualmente, à ideia de um perfil ou de uma circunstância que condiciona a apresentação de um nome. -----

----- Eu tentei falar com o Ricardo Antunes, portanto isto fica clarinho como a água, no sentido de que eu tenho aqui à minha frente a composição dos membros da CPCJ. A CPCJ tem representante do Município, da Segurança Social, da Saúde, de várias entidades que todos conhecem e, tem quatro cidadãos designados pela Assembleia Municipal. Neste momento, por circunstâncias várias, temos um membro indicado pelo Bloco de Esquerda ou que tem alguma ligação ao Bloco de Esquerda, nomeado pela Assembleia e foi por ser quem é e não teve a ver com a sua filiação partidária. Mas é uma circunstância. Temos uma pessoa do Bloco de Esquerda, temos uma pessoa da CDU e temos uma pessoa ligada ao PS. O PSD, obviamente a segunda força política mais representada nesta Assembleia e, portanto, sentimo-nos no direito de sermos nós a indicar a pessoa a designar pela Assembleia Municipal. -----

----- Propus que fosse um dos nossos membros, o Dominique Ventura, que é professor, tem as mesmas valias e valências que os outros que estão na Comissão e parece-me que, do ponto de vista quer político ou partidário de representatividade, quer do ponto de vista da sua formação como professor e como pessoa com sensibilidade reconhecida para estes temas das crianças e jovens, pareceu-nos que era a pessoa adequada. -----

----- Este senhor João Costa Lopes, pode ser uma excelente pessoa ou não. Eu não faço ideia e que fique claro que eu não sei de quem estamos a falar. Portanto, não estou a dizer que é bom, ou que é mau. Eu não conheço a pessoa em si. Portanto, não é a questão da pessoa que é proposta, é a questão de não ter sido infelizmente possível, consensualizarmos aqui um nome de entre todos. Acho que era importante a Assembleia, enquanto designante, ter sempre uma posição aceitável entre todos. -----

----- Curiosamente, tivemos nos outros três nomes, não estamos no quarto, não sei porquê, mas Deus saberá. -----

----- Portanto, nós vamos propor o Dominique Ventura, a menos que os colegas da Assembleia queiram retirar o ponto, vamos voltar a conversar um bocadinho e tentar chegar aqui a algum consenso. -----

---

----- A pessoa em causa que foi proposta pelo Partido Socialista, se efetivamente for uma pessoa com apetência, conhecimento, capacidade e gosto por integrar esta Comissão, pode perfeitamente fazê-lo enquanto voluntário. E ser cooptado para entrar lá. Não tem problema nenhum. Aquilo que estamos a tratar neste momento, é a pessoa que é eleita pela Assembleia, que é designado pela Assembleia Municipal. É disto, é a pessoa que estamos a tratar agora. Se a pessoa em causa tiver de facto muita apetência e muita competência e muito gosto, pois pode, como voluntário, começar a trabalhar. -----

----- Eu não sou da Comissão, mas atrevo-me a dizer que a Comissão dará graças a Deus ter cada vez mais gente interessada e com capacidade para trabalhar com eles. -----

----- Portanto, não será esse um problema. Agora, enquanto representante da Assembleia, faz sentido que seja uma pessoa indicada por todos nós, o mais consensual possível e preferencialmente da Assembleia, como aliás, já são os outros dois nossos colegas. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Naturalmente, eu comecei por dizer que isto nunca será nada contra ninguém, nem ninguém contra ninguém. E posto isto, o caminho é naturalmente recíproco. -----

----- Nós abrimos aqui um momento em que começámos a indicar pessoas que estão na Assembleia. Mas recorde-se e a forma também é relevante, a primeira indicação de uma pessoa da Assembleia e há pouco referiu a ligação ao Bloco de Esquerda, mas foi a deputada Maria do Céu Carvalho, quase que unanimemente na Comissão Permanente, porque todos nós estávamos com dificuldades em encontrar pessoas que pudessem eventualmente cumprir, dentro daquilo que seriam os parâmetros que nós entendíamos todos também, como necessários para fazer parte daquela Comissão. -----

----- Recordo também e comecei por dizer isso há pouco, que eu acho que é das questões mais relevantes e reitero, a questão de alguém se voluntariar é muito meritório para poder trabalhar porque julgo que, cada vez mais, aquela Comissão, infelizmente por circunstâncias, se calhar pelo aumento do número da população, também vai fazer com que surjam eventualmente mais casos. E posto isto, esta dimensão da vontade é relevante. E também recordo, não é segredo, que me ligou a Senhora deputada Paula Carloto, indicando que havia um deputado que havia manifestado a vontade de integrar. E eu, nessa altura até reiterarei uma coisa, que é, a Assembleia não designa representantes, como foi indicado o deputado Tiago para representar o ASES, por exemplo; como fui eu indicado para representação na Comissão do PDM. Mas aqui não se trata de uma questão de representação da Assembleia. Aquilo que está estatuído, é a indicação de pessoas da comunidade, com reconhecida idoneidade. -----

----- Se nós vamos fechar isto dentro da Assembleia, só porque é o único fórum onde se conhece alguém, acho que um CV atesta algumas coisas e sobretudo das relações pessoais, por isso é que também fiz questão de colocar aqui não só a dimensão profissional, mas também o envolvimento na atividade associativa, que é já de si, uma mostra daquilo que é também o empenho, da classe em particular, mas o empenho no desenvolvimento comum. ----

----- Parece-me que, tendo em conta todos esses precedentes e também mais, a outra indicação, Isabel Campaniço, referiu como ligação ao Partido Socialista, mas sobretudo porque acordámos e eu disponibilizei o CV, inclusivamente verificámos que já tinha colaborado com o Procurador do Ministério Público em casos destes e que entendíamos até pela circunstância do Entroncamento, que era relevante ter pessoas com este tipo de perfil. ----

----- Eu entendo que há aqui uma questão de reciprocidade naquilo que foi aqui dito. Porque naturalmente, se esta indicação que é colocada pelo partido socialista poderá ser colocada como um voluntário, também eu entendo, havendo essa vontade de participar do senhor deputado Dominique Ventura, que eu reconheço todas essas competências e do trabalho que faz, muito meritório, não só na escola, mas também noutras valências junto dos mais jovens. Posto isto, o único imperativo que se me coloca aqui, é as pessoas que integram a CPCJ reconhecerem a necessidade de alguém com este perfil profissional. -----

---

----- E como disse o senhor Presidente da Câmara, se estivermos a pensar na CPCJ, não vale estarmos a adiar um ponto, porque são mais dois meses que a CPCJ fica sem um elemento. ---

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Nós temos de ser muito sérios nos critérios, para não estarmos sempre a falar do mesmo. -----

----- Primeira questão – ser voluntário - Este senhor que vocês indicam, o Dominique, ou qualquer outra pessoa do mundo pode ser voluntária se a Comissão quiser. Portanto, a questão do voluntariado é igual para todas as pessoas do mundo. Portanto, não se põe nem para o vosso, nem para o nosso neste caso. -----

----- Segunda questão – ter perfil profissional que se adequa e seja uma mais-valia – esta é uma questão nova. Não estou a dizer que não tem mérito. Mas nós até agora, quando escolheu alguém para a CPCJ, não andámos a ver se era professor, jurista, médico. É uma questão nova. Podemos ir por aí, mas a questão é: até agora não fomos. -----

----- Terceira questão – não devemos ir por questões partidárias e representações dos partidos - Ok, é uma questão nova. Podemos não ir, mas o que é facto é que hoje, à luz do que temos hoje, temos uma pessoa da Assembleia do Bloco, temos uma pessoa da Assembleia do PC, temos uma pessoa nomeada para a Assembleia associada ao PS e, o PSD, que é a segunda força mais representativa, não tem lá ninguém e quer indicar. -----

----- Pode-me dizer não está certo, os critérios não são esses, o que vamos começar a considerar daqui para a frente, é o critério profissional, é outro critério qualquer, vamos começar a pensar assim. O que temos, não é isso e à face do que temos, à face da justiça das coisas, eu entendo que devemos eleger o Dominique, enquanto nosso representante da Assembleia Municipal, tal e qual como elegemos a Céu e elegemos o Bruno. -----

----- Se quiserem mudar os critérios, nas próximas nomeações a gente muda, e vamos escolher lá fora um médico que toda a gente conheça, não é só que conheça o Partido Socialista, um advogado que toda a gente conheça. Alguém que acrescente valor por questão profissional e não por ser simplesmente designado pela Assembleia. São coisas diferentes. -----

----- Na nossa opinião, é isto que faz sentido. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Francisco Velez**: Eu estou completamente de acordo consigo. E a minha bancada sabe perfeitamente a minha opinião, que sempre fui contra que fossem pessoas aqui da Assembleia. -----

----- Bom, mas há uma altura que temos de acabar com isso, e atenção, nada contra o Dominique e até gostava muito que ele estivesse na CPCJ; mas também nada contra o João, também gostava muito que ele estivesse. Mas só podemos eleger um neste momento e é isso que me está a irritar e eu tenho estado aqui a pensar onde é que vou votar. E não estou a brincar, estou a falar muito a sério. -----

----- Mas nós temos de acabar com este dogma, porque ainda há pouco tempo tivemos até um parecer que veio lá de cima, que tem a ver com a CPCJ, de que o Entroncamento tem mais gente e o Entroncamento existe para além desta Assembleia Municipal. -----

----- Como eu estou ainda mais de acordo consigo noutra coisa, como toda a gente sabe, eu neste momento faço parte da direção do Agrupamento de Escolas da Cidade do Entroncamento, acha que eu sei, ou estou preocupado em saber que as pessoas que estão na direção, ou que estão nas coordenações, ou nas assessorias, ou os adjuntos, de que partido é que eles são ou não são? Bem-queru eu saber disso para alguma coisa! Eu interesse-me é que as coisas funcionem, ou que consigamos que elas funcionem. -----

----- Portanto, se calhar há uma altura em que nós temos de parar com isso, mas eu também estou de acordo consigo, noutra coisa, este ponto devia ser retirado e nós devíamos entrar aqui num consenso e começar aqui a partir do zero, e escolher pessoas que sejam meritórias para ir para a CPCJ, mas, por outro lado, é aquilo que também se está a dizer, mais dois meses com menos um. Não sei o que é que será melhor. Mas entrarmos em consenso, começarmos a levar isto um bocadinho mais a sério. -----

---

----- É que eu não acredito que as pessoas que aqui estão, os vinte e um eleitos e mais os dois Presidentes de Junta, estejam aqui para se gladiar com alguém. Eu quero acreditar que todos, mas todos mesmo, mesmo que eu não concorde com alguns nem um bocadinho. Mas eu tenho é de ter consciência de uma coisa, estou aqui para dar o meu melhor e fazer o meu melhor, para esta cidade e para esta comunidade. E eu penso que, se essa não for a base de todos aqueles que aqui estamos, já somos mais de vinte e três porque com as substituições já devemos ir em trinta e tal, então, um grande conselho até porque eu já tenho alguma idade e já posso dizer disparate, saiam daqui, vão para casa, não nos chateiem, não nos aborrecam e vamos trabalhar, parafraseando alguém, deixem-nos trabalhar. Mas aqui é mesmo. Por amor de Deus, isto da CPCJ é uma coisa muito, mas muito séria. Isto não é para ser levado à procura de lugares e sento-me à direita, ou sento-me à esquerda, atrás ou à frente. Isto é para trabalhar a sério. Estamos a falar de miúdos, estamos a falar de crianças, estamos a falar do futuro. -----

----- Pediu a palavra a Senhor **Deputada Paula Carloto**: Concordando naquilo que concordamos, acho é que não podemos pedir ao PSD que seja ele o primeiro a dar o exemplo. Acho que o exemplo temos de o dar todos juntos. -----

----- Vamos fazer, vamos começar do zero e vamos resolver. Não vamos resolver isto agora, para o ano logo se vê. Uma coisa é a teoria que é toda muito bonita, outra coisa é aquilo que vai acontecendo e, portanto, concordo consigo e é assim, fazemos um corte e fazemos isto de raiz. -----

----- Não podem é pedir ao PSD que seja hoje o sacrificado em funções de critérios que até agora têm sido aqueles que se mantiveram. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Só para mais uma vez não se confundir aqui coisas. Aliás, inclusivamente, a pessoa que estavam aqui a falar como referenciada do Partido Socialista, não faz parte desta Assembleia. Agora eu acho que cada vez mais também temos de definir aqui uma coisa, é que há um problema. A Dr.<sup>a</sup> Paula Carloto não conhece ninguém além desta Assembleia, pelos vistos. Tem um comércio aberto no Entroncamento. Eu pergunto aqui nesta sala, quem não conhece o Dr. João Costa Lopes? --

----- Quem invocou que não conhecia uma pessoa, foi a senhora deputada. Quem começou a descer a elevação da conversa, que eu ignorei até ao momento em que reiterou essa informação, fui eu. Portanto, não se venha fazer de santa neste momento. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Uma vez que existem dois nomes, vamos votar. Os boletins de voto estão em branco e escrevem no boletim de voto o nome da pessoa em que querem votar: João Costa Lopes / Dominique Ventura. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Efetuada a chamada dos membros para a respetiva votação secreta, foi de seguida efetuado o Escrutínio dos boletins de voto, verificando-se a seguinte votação: -----

- **João Costa Lopes – 11 votos;** -----

- **Dominique Ventura – 9 votos;** -----

- **Votos em Branco – 1.** -----

----- Foi designado para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento, o **Dr. João Costa Lopes**. -----

----- Pediu a palavra a 1.<sup>a</sup> Secretária, **deputada Fernanda Alves**: Não poderia deixar de dizer algo, tendo tido um percurso tão vasto na CPCJ. -----

----- Congratular-me com o facto de ver uma pessoa, de uma outra área, que não a educação. Sendo certo que as pessoas da educação são extremamente importantes e penso que o Senhor Dominique Ventura, se tivesse sido votado hoje, teria muito a dar à CPCJ. Mas é importante e gostava de assertivamente deixar aqui este repto, apesar de eu já lá não estar, dei muito àquela casa, no meu parecer. Foram nove anos, sempre com muito trabalho. Tenho a certeza que quem lá está hoje, também dá o seu contributo de forma muito abnegada e voluntariosa. -----

---

----- Mas dizer que é importante que esta Assembleia, e outras, comecem a ter em linha de conta que é importantíssimo haver pessoas de outras áreas e não só da educação, sendo certo que são as pessoas da educação que estão mais perto das crianças, porque como já disseram aqui hoje várias pessoas, isto é um caso muito sério. Muito, mas muito sério e que tem de haver diversos conhecimentos, pessoas de diversas áreas a compor a CPCJ. -----

----- E eu só pedi ao Senhor Presidente para dar esta palavra, que agradeço, para dizer que não tenho nada contra ninguém, fico satisfeita com as pessoas que estão, que trabalhem bem (e sei que estão a trabalhar bem, que continuem assim) mas, já quando eu estava na CPCJ, a Comissão Nacional chamava muita atenção. Cuidado para não haver gente da mesma área. Procurem na comunidade pessoas de outras áreas que possam dar o seu contributo. -----

----- Era só isto que eu tinha a dizer. Nada contra, nem A B ou C, desde que o trabalho seja bem feito. -----

----- Bom trabalho a quem entrou. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos, ao público, aos senhores da Comunicação e a quem acompanhou esta sessão. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram 18 horas e 55 minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

----- A presente ata, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1.<sup>a</sup> Secretária:

A 2.<sup>o</sup> Secretária: